



**DO MARCO LEGAL À EXPERIÊNCIA VIVIDA: PRIMEIROS ACHADOS
SOBRE A INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR**

Ruan Carlos Sansone¹

INTRODUÇÃO

A inclusão educacional de estudantes com deficiência e necessidades específicas no Ensino Superior brasileiro vem se configurando um desafio contínuo para as instituições, dada a complexidade do reconhecimento e atendimento às diversas formas de diferenças humanas. Nas últimas décadas, avanços significativos foram conquistados no campo das políticas públicas voltadas à Educação Inclusiva, notadamente com a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que estabeleceu novos marcos legais e normativos para a promoção da equidade no acesso e na permanência de pessoas com deficiência nos diversos níveis educacionais.

No entanto, apesar desse marco legislativo, persistem lacunas significativas no que diz respeito ao reconhecimento e à efetiva inclusão de estudantes que apresentam condições que não se enquadram nos critérios tradicionalmente adotados pelas políticas de Educação Especial, como é o caso dos Transtornos Funcionais Específicos (Dislexia, Discalculia, Disgrafia, Dislalia, Disortografia e Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade) e dos Transtornos Mentais, Psicológicos ou Psiquiátricos (como Transtorno de Ansiedade, Depressão e Transtorno Obsessivo-Compulsivo), conforme discutido por Rosolem (2020).

Nesse contexto, esta pesquisa em desenvolvimento para título de dissertação de mestrado, vinculada ao Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social da Universidade Feevale, objetiva analisar, a partir das experiências de Educação Inclusiva no Ensino Superior, as contribuições dos diversos atores envolvidos na promoção dos direitos das Pessoas com Deficiência e Pessoas com Necessidades Específicas (PNE) em duas universidades comunitárias privadas do Vale

¹ Mestrando em Diversidade Cultural e Inclusão Social da Universidade Feevale. Bolsista CAPES.



do Rio dos Sinos, RS. O objetivo é analisar criticamente as contribuições dos sujeitos envolvidos (estudantes, professores e professoras, técnicos e gestores) na promoção dos direitos das Pessoas com Deficiência e PNE, problematizando as concepções teóricas, políticas e sociais que sustentam o uso da nomenclatura “PNE” e suas implicações na construção de identidades e estratégias de permanência.

A partir de uma abordagem qualitativa e interpretativa, a pesquisa adota como técnica de coleta de dados as entrevistas narrativas semiestruturadas, por meio das quais se pretende acessar as experiências, percepções, sentidos e significados atribuídos pelos diferentes atores que compõem o cenário universitário. A investigação é conduzida por uma perspectiva crítica e situada, comprometida com os princípios da justiça social e com a valorização das múltiplas vozes que compõem a diversidade humana. Essa perspectiva é ainda atravessada pela posição do pesquisador, sujeito negro e gay, cujas trajetórias pessoais de exclusão e resistência informam e potencializam as escolhas teóricas e metodológicas do estudo, conferindo-lhe uma dimensão ética, política e afetiva.

Busca-se compreender como a linguagem, os discursos institucionais e as políticas públicas operam na construção das identidades dos estudantes e nos modos como são percebidos e acompanhados pelas instituições. O estudo ancora-se na premissa de que a inclusão no Ensino Superior transcende o acesso, exigindo o compromisso com a construção de condições concretas para a permanência com qualidade, autonomia e dignidade, visando ampliar as possibilidades de acompanhamento pedagógico, psicossocial e institucional a estudantes cujas especificidades não são plenamente contempladas pelas atuais diretrizes legais da Educação Especial.

Este resumo expandido apresenta os fundamentos teóricos, o recorte metodológico e as inquietações que mobilizam a investigação em andamento, compartilhando o ensaio teórico construído antes da coleta de dados.

METODOLOGIA

A presente pesquisa, em fase inicial, adota uma abordagem metodológica qualitativa para acessar as experiências subjetivas, discursos e sentidos atribuídos pelos sujeitos à realidade da Educação Inclusiva no Ensino Superior. A coleta de dados será realizada por meio de entrevistas narrativas semiestruturadas, técnica que possibilita um espaço de escuta sensível e dialógica, permitindo que os participantes relatem suas



trajetórias de vida de forma orientada por eixos temáticos relevantes. A análise será guiada pelos pressupostos da análise de conteúdo (Bardin, 1977), buscando interpretar os discursos a partir de eixos e categorias emergentes do material empírico.

A investigação adota o estudo de caso múltiplo (Yin, 1994) como estratégia metodológica central, permitindo examinar diferentes unidades (as duas universidades comunitárias privadas) dentro do fenômeno da inclusão. As entrevistas, com duração média de uma hora, serão realizadas remotamente via Microsoft Teams, com a participação de estudantes universitários(as) autodeclarados com deficiência ou necessidades específicas, e profissionais envolvidos nas ações de inclusão institucional. A participação será condicionada à assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), garantindo o respeito aos princípios éticos. A definição dos participantes segue critérios de inclusão que visam selecionar sujeitos com experiências relevantes para a compreensão do objeto de estudo. O projeto foi aprovado pelos Comitês de Ética em Pesquisa das duas universidades participantes em 2025, assegurando o cumprimento da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

A organização do material empírico se dará por meio de pré-categorias de análise, baseadas na literatura e no referencial teórico, com um processo de categorização dinâmico. As análises serão conduzidas sob uma lente crítica, ética e comprometida com os direitos humanos e a justiça social, utilizando como princípio ético e teórico as propostas metodológicas da investigação (Dal'Igna, 2011). Ademais, a pesquisa utiliza a Educação Comparada (Zucchetti, 2019) como método de problematização, visando identificar práticas, discursos e desafios comuns e distintos entre as duas instituições, sem estabelecer hierarquias, mas buscando uma análise mais profunda das estruturas e dinâmicas da inclusão no Ensino Superior.

MARCO TEÓRICO

Esta pesquisa ancora-se na compreensão dos processos excludentes vivenciados pelo pesquisador, um homem gay, negro e de origem periférica, cuja experiência informa a análise crítica das estruturas de exclusão no Ensino Superior. A escrita emerge a partir desse lugar social, o “lugar dos excluídos” (Carneiro, 2023, p. 9), mas também de um lugar epistêmico, de quem se torna objeto e sujeito de pesquisa, profundamente implicado em uma trama complexa e multifacetada, atravessada por subjetividades e marcada pelas artimanhas da exclusão (Sawaia, 1999). Tal posicionamento exige uma análise crítica e



situada das estruturas visíveis e invisíveis que sustentam e perpetuam a exclusão em diversos contextos sociais, notadamente na educação superior.

A partir desse olhar, este capítulo propõe uma reflexão teórica amparada em produções acadêmicas e marcos legais que estruturam a Educação Inclusiva no Brasil. A base legal e conceitual que orienta as práticas inclusivas encontra respaldo, inicialmente na Declaração de Salamanca (1994) e se materializa em legislações como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e outras normativas que visam garantir o acesso e a permanência de estudantes com deficiência.

Centralmente, a pesquisa problematiza a terminologia “Pessoa com Necessidade Específica (PNE)”, cuja abrangência, conforme Rosolem (2020), inclui condições não tradicionalmente contempladas pelas políticas de Educação Especial, como Transtornos Funcionais Específicos e Transtornos Mentais, Psicológicos ou Psiquiátricos. Essa perspectiva desestabiliza a visão restritiva da deficiência e amplia a necessidade de práticas inclusivas que reconheçam múltiplas formas de diversidade. Reconhecer a legislação não é suficiente. É necessário compreender os sentidos atribuídos à terminologia usada para caracterizar o público-alvo da Educação Inclusiva. Tais nomenclaturas não são neutras: carregam visões de mundo que influenciam políticas públicas, práticas pedagógicas e formas de percepção social.

A utilização do termo Pessoa com Necessidade Específica (PNE), por exemplo, amplia o escopo da inclusão para além da deficiência formalmente reconhecida, incorporando sujeitos que enfrentam barreiras muitas vezes não contempladas pelas legislações. Apoio-me em Rosolem (2020), cuja citação mais extensa traz uma compreensão aprofundada sobre o conceito de Pessoa com Necessidade Específica (PNE), definido como aquela que necessita

de qualquer ajuste ou alteração para que tenha igualdade de oportunidades, ou seja, apresenta alguma necessidade específica para eliminar ou minimizar as barreiras que obstruem a sua integral participação em igualdade de condições com as demais pessoas. Exemplos de PNE não contemplados por legislações educacionais, como os Transtornos Funcionais Específicos: Dislexia, Discalculia, Disgrafia, Dislalia, Disortografia e Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade; Transtornos Mentais, Psicológicos ou Psiquiátricos: Transtorno de Ansiedade, Depressão, Transtorno Obsessivo Compulsivo, entre outros; Geracionais: como a idade que pode dificultar a locomoção; e Necessidades Transitórias: adoecimento, acidente, gestação, lactante, etc. (Rosolem, 2020, p. 3).



Esse entendimento desestabiliza a visão restritiva da deficiência e amplia a necessidade de práticas educativas inclusivas que reconheçam múltiplas formas de diversidade.

A exclusão é entendida como uma marca fundante da escola (Louro, 1997), com práticas de distinção historicamente replicadas no ensino superior, que teve origens elitistas (Pinto, 2008). Essa violência epistêmica e estrutural silencia sujeitos não normativos (Junqueira, 2013), moldando o espaço escolar sob uma lógica eurocentrada (Weschenfelder, 2021).

Nesse contexto, a pesquisa valoriza o “saber da experiência feita” (Freire, 2001) como base para uma educação libertadora, integrando as vivências de sujeitos historicamente marginalizados nas práticas pedagógicas. A hipótese levantada é que os profissionais envolvidos em políticas e práticas de permanência mobilizam um saber experiencial legítimo e potente para a construção de práticas interdisciplinares e inclusivas.

A interdisciplinaridade, articulada aos princípios do Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social, emerge como estratégia política e epistemológica para o enfrentamento das desigualdades e a valorização da diversidade humana

DISCUSSÃO

Por se tratar de um resumo expandido de pesquisa em andamento, esta seção apresenta uma análise crítica preliminar baseada nos marcos conceituais e no referencial teórico adotado, antes da coleta de dados. A pesquisa em curso ressalta a crescente relevância da temática da inclusão no Ensino Superior, evidenciada pelos dados do Censo da Educação Superior de 2023 (INEP), que registrou 92.756 matrículas de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação.

Embora represente uma pequena parcela do total de matrículas (0,9%), esse número sinaliza um avanço em relação a 2015 (0,5%), marcando um potencial político e social importante na luta por equidade no acesso à educação. Contudo, a análise preliminar sustenta que o acesso, por si só, não garante a inclusão efetiva, demandando uma problematização da permanência, do sucesso acadêmico e da valorização das subjetividades desses estudantes.



A diversidade do público atendido, conforme detalhado no Censo de 2023, com diferentes tipos de deficiência e altas habilidades, reforça a urgência de políticas públicas e práticas pedagógicas que contemplem a heterogeneidade dos sujeitos e a complexidade das barreiras enfrentadas.

Ao confrontar esses dados com a implementação da Lei Brasileira de Inclusão (LBI), a análise inicial sugere que a garantia legal dos direitos à educação em igualdade de condições nem sempre se traduz em ações concretas nas instituições. A LBI, ao estabelecer a obrigatoriedade de recursos de acessibilidade, estratégias pedagógicas inclusivas, formação docente e serviços de apoio especializado, indica que a inclusão exige materialidade, investimentos e transformações na cultura universitária para o enfrentamento do capacitismo estrutural. A discussão teórica preliminar corrobora a ideia de que legislações, embora cruciais, não produzem inclusão isoladamente (Sasaki, 2003, 2005). A inclusão efetiva demanda rupturas paradigmáticas nas práticas sociais e institucionais, incluindo a desconstrução de terminologias e posturas capacitistas.

Nesse contexto, a análise inicial pondera sobre a contribuição de programas específicos para o acesso de estudantes com deficiência ao ensino superior, reconhecendo seu potencial como ações afirmativas. No entanto, a pesquisa em andamento aponta para a necessidade de que a expansão das matrículas seja acompanhada por políticas de permanência, serviços de apoio adequados, formação de professores e adaptação curricular, com uma corresponsabilização de todos os setores acadêmicos, e não apenas dos Núcleos de Acessibilidade.

Essa constatação nos leva a compreender a necessidade de ampliar o foco das análises: não basta quantificar o número de ingressos, é preciso qualificar as experiências de permanência, os processos de ensino-aprendizagem e os sentidos de pertencimento dos estudantes com deficiência na universidade. A construção de uma universidade inclusiva deve partir do reconhecimento de que a diferença não é um desvio da norma, mas uma dimensão constitutiva da condição humana

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

As considerações preliminares desta pesquisa em andamento apontam para a relevância do tema da inclusão de pessoas com deficiência e necessidades específicas no Ensino Superior brasileiro. Os primeiros achados, baseados na análise teórica e em dados



estatísticos, indicam um aumento no acesso, mas também a persistência de desafios significativos para a inclusão efetiva, que vai além do ingresso e abrange a permanência, o sucesso acadêmico e o reconhecimento das singularidades dos estudantes.

A análise inicial sugere que, embora a legislação e os dados censitários sinalizem avanços, a materialização da inclusão nas práticas institucionais ainda enfrenta obstáculos relacionados ao capacitismo estrutural, à falta de políticas de permanência abrangentes e à necessidade de uma corresponsabilização de todos os atores da comunidade acadêmica.

A problematização da terminologia “PNE” e a valorização do “saber da experiência feita” emergem como elementos cruciais para a construção de práticas mais sensíveis e inclusivas, que reconheçam a diversidade de experiências e necessidades dos estudantes.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. **Estatuto da pessoa com deficiência**. Brasília, DF: Senado Federal, 2015.

CARNEIRO, S. **Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser**. 1. ed. São Paulo: Pólen Livros, 2023.

DAL'IGNA, M. C. **Família S/A - Um estudo sobre a parceria família escola**. 2011. 209 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/36536>. Acesso em: 1 jun. 2025.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da Educação Superior, 2023**. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2023/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2023.pdf. Acesso em: 1 jun. 2025.

JUNQUEIRA, R. D. Pedagogia do armário: A normatividade em ação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 7, n. 13, p. 481-498, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/320>. Acesso em: 1 jun. 2025.

ROSOLEM, L.; VICENTINI, C. Flexibilização curricular e transtorno do espectro autista: NAPNE e codocência para a permanência e o êxito na educação profissional, científica e tecnológica. **Revista Transmutare**, Curitiba, v. 5, e2012919, p. 1-17, 2020. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rtr/article/view/12919>. Acesso em: 1 jun. 2025.



SASSAKI, R. K. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. In: VIVARTA, V. (Org.). **Mídia e Deficiência**. Brasília: Andi; Fundação Banco do Brasil, 2003. Série Diversidade.

SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

WESCHENFELDER, V. I. Um/a professor/a comprometido/a com as diferenças. In: LIMA, S. D. (Org.). **Cartas ao professor iniciante**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2021. p. 103-112. Disponível em: https://ifrs.edu.br/farroupilha/wp-content/uploads/sites/12/2021/03/CARTAS-ao-professor-iniciante_versao-digital.pdf. Acesso em: 1 jun. 2025.

YIN, R. K. **Pesquisa estudo de caso - desenho e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 1994.

ZUCCHETTI, D. T. Pesquisa em educação: educação comparada a partir de estudos de Nóvoa e Ferreira. **Contrapontos**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 346-364, jan. 2019. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-71142019000100346&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 1 jun. 2025.